

RELAÇÕES DE PODER NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES A NÍVEL DISCURSIVO

Bruno Gomes Pereira (UNITPAC/Araguaína)

brunogomespereira_30@hotmail.com

Glaucia dos Santos Morais (FIAVEC)

glaucia-jg@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa as relações de poder na educação inclusiva. Em um primeiro momento a definição de poder foi elucidada baseada em conceitos/considerações de alguns autores para assim prosseguir com pesquisa. Escrever sobre essa temática não tem como deixar de referenciar o contexto histórico tendo em vista que esse assunto em questão é algo novo. Com o objetivo de analisar a estrutura que temos hoje da educação inclusiva e como as relações de poder influenciou nessa conjuntura a pesquisa qualitativa torna-se fundamental para o tratamento de dados, assim como a pesquisa documental para compreender as implicações que levaram a uma mudança na educação inclusiva. Diante das considerações feitas sobre o assunto demonstrando as benfeitorias desse movimento vale destacar que ainda há muito que se aperfeiçoar para que de fato, na prática a educação inclusiva seja real no dia a dia.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Poder. Mudanças.

1. Introdução

A educação inclusiva é um movimento de âmbito mundial sendo uma ação política, social, cultural e pedagógica. A temática tem sido alvo de estudo, reflexão, e o presente trabalho propõem analisar as relações de poder na educação inclusiva. Bruno Gomes Pereira (2016, p. 98) aclara que poder “(...) é uma propriedade discursiva criada a partir das relações de causa e efeito entre enunciadorees, promovendo, assim, a comunicação”. Para que hoje fossem apontadas mudanças existentes na educação inclusiva deve-se considerar todo um contexto que ocorreu para tais modificações, onde a difusão foi primordial na relação de causa e efeito, conquistando um novo modelo de educação inclusiva.

Encontramos muitas fontes bibliográficas que ao tratar da educação inclusiva sempre se remete a estrutura que se configura esse movi-

mento e as variações ocorridas ao longo do tempo, por isso a pesquisa documental torna-se primordial para analisar a composição da educação inclusiva. A metodologia empregada é a qualitativa, e Augusto Nivaldo Silva Triviños (2005, p. 132) destaca que esse tipo de pesquisa é de: “fundamentação teórica, fenomenológica, pode usar recursos aleatórios para fixar a amostra”. A todo o momento há comparações da proposta do movimento e a realidade das escolas ou dos órgãos responsáveis que asseguram a efetivação da educação inclusiva.

2. *A definição de poder*

A princípio é importante pontuar aqui sobre a etimologia da palavra, aonde a mesma vem do latim *potere*, sendo a contração de *potis* esse, “ser capaz”; “autoridade”. Diante de tal desafio que é definir poder, onde não há um conceito unívoco sobre tal, torna-se primordial a busca por autores de renome que estudaram e se posicionaram sobre o assunto, sendo esse um campo fértil de estudos.

Pierre Bourdieu, sociólogo francês, trata do poder classificando-o como poder simbólico sendo: “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (...)”. (BOURDIEU, 1998, p. 9). A luz dessa citação observa-se que o poder simbólico se torna real na educação inclusiva onde um determinado grupo luta por seus direitos e a partir dessa ação avanços significativos são obtidas, ou seja, há uma quebra de paradigmas.

Michel Foucault (1979), filósofo contemporâneo, é um dos referenciais ao estudar a dinâmica de poder na sociedade e como esse poder se institui no dia a dia, o mesmo destaca que:

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (FOUCAULT, 1979, p. 182)

Michel Foucault afirma que o poder se estabelece pelo fato de sermos seres humanos, e que esse poder não vem de baixo pra cima, mas se estabelece em micro relações de poder que permeia toda uma sociedade.

Outro estudioso que trata sobre essa temática é Max Weber, esse

foi um intelectual, jurista e economista alemão considerado um dos fundadores da sociologia. Max Weber (1991, p. 33) sobre o conceito de poder assegura que: “poder significa toda probabilidade de impor a vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. Ou seja, um grupo de pessoas segue uma determinada ordem ou sistema, que foi imposta pela vontade do outro.

3. Poder na educação inclusiva

Diante do contexto que desencadeou todo um processo na estrutura da educação inclusiva com o objetivo de melhoria em especial para as pessoas com deficientes cabe uma pergunta: Como está sendo a realidade dos que de fato estão tendo que colocar em prática o discurso da educação inclusiva? Antes de tentar responder a questão cabe aqui considerar o que Michel Foucault (1999 p. 36) assegura tratando do poder “é preciso examinar o modo como, nos níveis baixos, os fenômenos, as técnicas, os procedimentos de poder atuam”.

Eliane Gonçalves Noronha e Cibele Lemes Pinto em seu artigo cita vários direitos que são assegurados aos estudantes com deficiência como:

Acesso para estudantes com deficiência à educação inclusiva em suas comunidades locais. Ressignificação da educação escolar, garantindo o sucesso para a aprendizagem de todos. Buscar adaptações curriculares que atendam às necessidades e expectativas do aluno, assegurando uma educação de qualidade para todos. Provisão de recursos de todas as instâncias governamentais e de iniciativa privada, a fim de garantir o sucesso e a permanência de todos na escola. O rompimento de barreiras arquitetônicas e principalmente atitudinais. Formação continuada para o professor, com previsão e provisão de recursos necessários à sua capacitação. Garantia de um projeto pedagógico que possibilite resgatar a cidadania e o direito do aluno, possibilitando a construção de seu projeto de vida. Capacitar à escola para atender a todos os alunos. Garantia de apoio e serviços especializados para atendimento aos alunos que deles necessitem.

Tomar nota dessas observações é importante para comparar com a realidade, no papel o discurso da educação inclusiva é extraordinário, no entanto, ainda continuamos impregnados com velhos paradigmas, com preconceitos, a sociedade precisa ainda entender a definição de acolher todas as pessoas.

O sistema na maioria das vezes não cumpre aquilo o que é proposto, e ainda, adequações, ajustes, precisam acontecer abrindo caminhos

pra uma sociedade legitimamente pra todos. Sobre essa questão Thomas Samuel Kuhn (2006) esclarece que: “nenhum paradigma consegue resolver todos os problemas”. Ou seja, na trajetória de melhorias para educação inclusiva muitas conquistas ainda precisam ser alcançadas como: professores com base na formação para atender os alunos da forma que se deve e ainda passar por formações continuadas, o sistema de ensino organizar os ambientes dando condições de acesso aos espaços, recursos pedagógicos dos mais diversos deve ter sempre a mão, de forma a atender as necessidades do alunado, dentre outras prerrogativas que precisam ser revista.

4. Como esse poder desencadeou um novo ciclo?

O que se buscou ou busca para a educação inclusiva nos últimos tempos são desencadeados por grupos da sociedade que lutam por direitos iguais a todos. Esse quesito se encaixa no que podemos colocar como relações de poder, Michel Foucault em seu livro “Em defesa da sociedade”, coloca o poder como um exercício coletivo:

[...] O poder não é algo que se partilhe entre aqueles que o têm e que o detêm exclusivamente, e aqueles que não o têm e que são submetidos a ele. O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. (FOUCAULT, 1999, p. 35)

O autor destaca que o poder se constitui entre os indivíduos, sendo algo que circula, se movimenta, muda, quebra paradigmas. Diante dessa prerrogativa, e fazendo uma correlação com a educação inclusiva, podemos fazer destaques de mudanças significativas na trajetória do movimento da educação inclusiva.

Outrora as pessoas com alguma deficiência eram internadas em manicômios, ficavam em ambientes isolados e não contava com o ensino específico ou algo que lhes dessem condições de avançar intelectualmente. No final do século XVIII para XIX se inicia o atendimento especializado a pessoas com deficiências, a partir de então podemos considerar ter surgido à educação especial, a mesma se preocupava com os deficientes e dispunha de instituições que atendia especificamente as pessoas com necessidades especiais, por exemplo, “Instituto dos Surdos-Mudos” (hoje

conhecido como: “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES”) e o “Instituto dos Meninos Cegos” (hoje conhecido como: “Instituto Benjamin Constant”) em 1854, no Rio de Janeiro. A criação desses institutos foi um marco, no entanto, logo se tornou algo pequeno e insuficiente diante da grande demanda.

Nos anos 90 surge o movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e aumenta o número de escolas especiais. Outro avanço significativo a nível internacional com o movimento “*Regular Education Initiative*” (REI) Pilar Arnaiz Sánchez (2005) destaca que esse movimento “luta pela reestruturação da educação especial, pelo desaparecimento da educação compensatória e pela recuperação em que tantos alunos estavam imersos”. O discurso que prevalecia no REI era ter todos os alunos inseridos na classe regular de ensino, e ainda a proposta era de reformar a educação especial constituindo assim uma educação que alcançasse a todos.

Em outras partes do mundo o movimento pela melhoria na educação especial também se difundia; a exemplo do Brasil que também vive esse momento, podemos citar que nesse período em especial no ano de 1994 em Salamanca na Espanha aconteceu uma Conferência Mundial tratando das Necessidades Educacionais Especiais. Claudia Pereira Dutra et al. (2008) destaca que as discussões geraram, em torno de princípios, políticas e práticas no que diz respeito às necessidades educativas especiais.

Aqui podemos pontuar um marco na história no que diz respeito à educação inclusiva. Nesse primeiro momento da história prevalecia a educação especial, caracterizada por ações isoladas, com atendimento, por exemplo, a deficiências visuais, auditivas e, em menor número, às deficiências físicas. Com essas agitações começaram as discussões em torno do novo modelo promovendo um atendimento escolar diferenciado que acolham a todos passando assim por uma mudança/reforma até mesmo no termo da palavra, antes prevalecia o termo educação especial essa, caracterizada pelo atendimento e educação de pessoas com deficiência de uma forma segregada em instituições especializadas. Surge então a educação inclusiva como objetivo de ampliar o que era restrito, alcançar a todos os inserindo no ensino regular escolar.

5. Considerações finais

Dados do IBGE/2015 revelam que 6,2% da população brasileira tem algum tipo de deficiência; um número significativo o que torna difícil lidar com essa realidade. Um destaque importante cabe aqui: a inclusão é um desafio.

Mudanças gradativas foram acontecendo, essas de suma importância para um melhor acolhimento ao que necessitam. Uma ação recente que foi criado no Brasil no ano de 2011 –Viver sem Limites – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, dentre algumas ações desse plano vale destacar: a implantação de salas de recursos multifuncionais, promoção de acessibilidade nas escolas, formação de professores para atendimento educacional especializado, aquisição de ônibus escolares acessíveis e ampliação do Programa BPC na Escola.

No entanto a escola comum, por exemplo, se torna inclusiva quando reconhece as diversificações dos alunos diante das técnicas educativas e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. E essas mudanças não acontecem de uma forma fácil e imediata, pois são ações que vão além do meio escolar.

O que vemos ainda são discursos de professores afirmando não ter preparo para receber o alunado com deficiência, desculpas da gestão por não ter recursos suficientes para adequar escolas ou outros órgãos para atender de forma apropriada as pessoas com deficiência, dentre tantas outras situações. A sociedade como um todo precisa despertar e agir para que a inclusão seja real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

DEFICIÊNCIA, Viver sem Limite – *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) • VIVER SEM LIMITE – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: SDH-PR/SNPD*, 2013.

DUTRA, Claudia Pereira et al. *Política Nacional de Educação Especial*

na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Inclusão: Revista de Educação Especial*, Brasília, vol. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>>.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes. Rio Janeiro, 1999.

KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, p. 2006.

NORONHA, Eliane Gonçalves; PINTO, Cibele Lemes. *Educação especial e educação inclusiva: aproximações e convergências*. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6997551-Educacao-especial-e-educacao-inclusiva-aproximacoes-e-convergencias.html>>. Acesso em: 21-02-2017.

PEREIRA, Bruno Gomes. A rainha agora senta no chão: função indenitária do sujeito Xuxa na construção interdiscursiva do livro fundação Xuxa Meneghel: 25 anos transformando histórias. *Revista Querubim*. Rio de Janeiro, Ano 12, vol. 1, n. 30, p. 96-103, 2016. Disponível em: <http://www.uff.br/feuffrevistaquerubim/images/arquivos/zzquerubim_30_v_1.pdf>

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. *Revista Inclusão*, Brasília, vol. 1, n. 1, p. 07-18, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad.: Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 1991, vol. 1.